

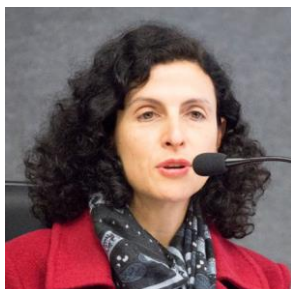
Encontro Internacional sobre Litigância Climática

Data: 9 de Maio de 2019

Local: Hotel Cullinan Hplus, Brasília

Horário: 8h30 às 17h30

Palestrantes



Ana Maria de Oliveira Nusdeo é Professora Associada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de Direito Ambiental. Vice-presidente da Comissão de Pesquisa da mesma Faculdade. Presidente do *Instituto O Direito por um Planeta Verde*, desde junho de 2017. Membro do Governing Board da International Union for the Conservation of Nature Academy of Environmental Law (IUCNAEL). É Bacharel (1992); Doutora (2000) e Livre-docente (2011) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Autora de diversos livros e artigos na área do Direito Ambiental e do Direito Econômico, destacando-se os livros “Direito ambiental & Economia” (Juruá, 2018) e “Pagamento por serviços ambientais. Sustentabilidade e Disciplina Jurídica (Atlas, 2012), vencedor do Prêmio Jabuti, 2013, 1o lugar na categoria Direito.



Ana Toni é Diretora Executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS) e sócia-fundadora do Gestão de Interesse Público (GIP). Foi Diretora da Fundação Ford no Brasil, Diretora Executiva da ActionAid Brasil e Assessora de Políticas da ActionAid UK. Foi Diretora da Unidade de Políticas do Greenpeace Internacional, Assessora Sênior do Greenpeace Alemanha e Presidente do Conselho do Greenpeace Brasil e Presidente do Conselho do Greenpeace Internacional. Além de ter sido membro do conselho do GIFE, atualmente é integrante da Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade e membro dos conselhos da

Agência Pública, do WINGS, da Gold Standard Foundation, do ITS e do Fundo Baobá por Igualdade Racial e da Wikimedia Foundation. Ana é graduada em Economia e Estudos Sociais pela Universidade de Swansea, mestre em Políticas da Economia Mundial pela London School of Economics and Political Science e doutora em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).



Carlos da Costa e Silva Filho é Procurador do Estado do Rio de Janeiro desde 2000, e sócio do escritório Vieira Rezende Advogados. Formado pela Faculdade de Direito da UERJ, é pós-graduado em meio ambiente pela COPPE/UFRJ, pós-graduado em Direito e Negócios do Petróleo pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) e Mestre em Direito das Cidades pela Faculdade de Direito da UERJ. Integrou a Comissão Estadual de Controle Ambiental do Rio de Janeiro (CECA) e foi Conselheiro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos no período de 2005 a 2016, tendo exercido sua presidência nos anos de 2013/2014.

Professor de cursos de pós-graduação na PUC/RJ e na FGV/RJ, atualmente representa o Estado do Rio de Janeiro perante os Tribunais Superiores, em Brasília.



Ellie Mulholland é a Diretora Executiva do escritório de Londres da Commonwealth Climate and Law Initiative, uma organização sem fins lucrativos baseada em pesquisa legal e alcance a *stakeholders* na interseção entre mudanças climáticas e direito empresarial. Ellie é uma advogada australiana e em 2017 foi nomeada na lista "30 com menos de 30" da revista Australia's Lawyers' Weekly na categoria de Projetos, Energia e Recursos. Hoje, ela aconselha clientes do setor público e privado sobre governança de risco

climático e transparência para a renomada firma de direito comercial do Pacífico Asiático Minster Ellison. Possui mestrado em Direito e Finanças pela Univeristy of Oxford e Bacharelado em Direito pela Monash University, na Austrália.



Fabio Feldman é consultor, administrador de empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas em 1977 e advogado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1979. Foi eleito deputado federal por três mandatos consecutivos (1986 – 1998) e participou como deputado constituinte na elaboração da Constituição de 1988, sendo um dos responsáveis pelo capítulo destinado ao meio ambiente. Foi autor de parte da legislação ambiental brasileira. Atuou como Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo entre 1995 e 1998. Tem participado de inúmeras organizações da sociedade civil, tanto nacionais quanto internacionais, desde o começo de sua vida profissional. Fabio Feldmann recebeu em 1990 o Prêmio Global 500 das Nações Unidas. Atualmente dirige seu próprio escritório de consultoria, que trabalha fundamentalmente com questões relacionadas à sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.



Gabriel Wedy é Juiz Federal. Pós- Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com período de pesquisa na Columbia Law School- Sabin Center for Climate Change Law (Estados Unidos) e na Universitat Heidelberg- Instituts für deutsches und europäisches Verwaltungsrecht (Alemanha). Doutor e Mestre em Direito pela Pucrs. Professor nos Programas de Pós Graduação e Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) .Professor e Coordenador da disciplina de Direito Ambiental na Esmafe[Escola Superior da Magistratura Federal] . Diretor do Instituto O Direito por um Planeta Verde - IDPV. Possui Pós Graduação Lato Sensu pela Escola da Magistratura do Estado do Rio Grande do Sul [AJURIS]. É autor, entre outros, dos livros "Desenvolvimento Sustentável na Era das Mudanças Climáticas: um direito fundamental" e "O Princípio Constitucional da Precaução - Como Instrumento de Tutela do Meio Ambiente e da Saúde Pública" e de diversos artigos publicados em jornais, periódicos e revistas especializadas em Direito no Brasil e no exterior.



Georg Witschel é formado em Direito, com doutorado em Direito Internacional Público, além de diplomata de carreira. Witschel atuou em diversos postos no exterior, como Conselheiro em Israel e Vice-Chefe do Departamento Político junto à Organização das Nações Unidas em Nova York. No Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, desempenhou função de Chefe da Divisão para Questões de Princípio das Nações Unidas, Conselho de Segurança, Medidas de Manutenção. Também foi comissário do Governo Federal para combate ao terrorismo internacional, além de diretor-geral de assuntos jurídicos do ministério. Antes de assumir a embaixada do Brasil, foi embaixador em Ottawa, no Canadá e Jakarta, na Indonésia.



Herman Benjamin foi nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2006 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi membro do Ministério Público do Estado de São Paulo por mais de vinte anos, onde dirigiu o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e também o Centro de Apoio Operacional do Consumidor. Presidente-fundador do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (BRASILCON) e do *Instituto O Direito por um Planeta Verde*. Foi membro da Comissão de Juristas de Direito Penal Ambiental da ONU e, por uma década, Conselheiro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). A nível internacional, copresidiu a INECE – The International Network for Environmental Compliance and Enforcement (Rede Internacional de Implementação Ambiental). Atualmente, é presidente da Associação Brasil-Estados Unidos de Direito, da Comissão Mundial de Direito Ambiental, e do FONAMA – Fórum Nacional de Magistrados e Ambiente, além de secretário-geral do Conselho Consultivo Internacional do PNUMA para a Justiça Ambiental. O Ministro Herman Benjamin é professor visitante da Faculdade de Direito da Universidade do Texas em Austin desde 1994. Formou-se na Universidade Federal do Rio de Janeiro, fez mestrado na Universidade de Illinois e doutorado na Universidade do Rio Grande do Sul. É fundador e editor-chefe emérito das Revistas de Direito do Consumidor e de Direito Ambiental. Foi um dos redatores de importantes leis brasileiras, incluindo a Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente de 1998, o Código Florestal de 2012, a Lei das Concessões Florestais de 2006 e a Lei da Mata Atlântica de 2006. O Professor Herman Benjamin publicou mais de trinta livros e artigos no Brasil e no exterior. Durante a Conferência Rio+20 em 2012, foi coordenador do Congresso Mundial do PNUMA sobre Justiça, Governança e Direito para Sustentabilidade Ambiental.



Joana Chiavari é responsável pela área de Direito e Governança do Clima do Climate Policy Initiative (CPI), onde lidera a análise jurídica e institucional voltadas a melhorar o uso da terra e a desenvolver a infraestrutura sustentável no Brasil. Antes de ingressar no CPI, passou pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pelo Institute for European Environmental Policy (IEEP) e pela Fondazione Eni Enrico Mattei (FEEM), sempre com foco no aperfeiçoamento de políticas públicas de apoio ao combate às mudanças climáticas e na capacitação de órgãos de governo. Possui doutorado em Análise e Governança de Desenvolvimento Sustentável pela Università Ca' Foscari di Venezia, mestrado em Gestão Ambiental pela Scuola Superiore Sant'Anna di Pisa e graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Desde 2005, atua como docente do curso de pós-graduação em Direito Ambiental Brasileiro da PUC-Rio.



Kamyla Cunha é advogada e pós-doutoranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Santos tendo como tema da sua pesquisa a Litigância Climática no nível subnacional. Mestre e Doutora em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Faculdade de Engenharia Mecânica da UNICAMP, tendo como foco de pesquisa o posicionamento brasileiro em relação à energia nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas. Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Foi docente dos cursos de ciências ambientais e engenharia química da Universidade Federal de São Paulo. Trabalhou 12 anos no Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), coordenando o portfólio de energia elétrica. No iCS, é coordenadora do Projeto Kigali, cujo foco é promover o aumento de eficiência energética com a transição de gases refrigerantes de menor GWP no setor de ar condicionado no Brasil.



Killian Doherty auxilia o time legal da ELAW a assistir defensores do meio ambiente e dos direitos humanos ao redor do mundo. Killian tem um M.A. em Administração do Desenvolvimento & *Policy* pela Georgetown University e um J.D., com certificado em Direito do Meio Ambiente & Recursos Naturais, Direito do Oceano & Litoral e Direito Internacional, pela University of Oregon School of Law. Ele estudou e trabalhou em diversas partes da América Latina. Killian se juntou à ELAW em 2014.



Maria Christina M. Gueorguiev é advogada e consultora de Pinheiro Neto Advogados nas áreas ambiental, mudanças climáticas e sustentabilidade. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), tem especialização em Gestão Ambiental pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e LL.M pela University College London (UCL). Entre 2007 e 2008 trabalhou como associada estrangeira no escritório norte-americano King & Spalding na área de Oil & Gas. É membro do Comitê de Sustentabilidade da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e palestrante em seminários relacionados à sua área de atuação.



Noah Walker-Crawford é antropólogo na Universidade de Manchester (Reino Unido). É consultor legal e científico em litigância climática da Germanwatch. Sua pesquisa acadêmica foca nos impactos das mudanças climáticas nos Andes Peruanos no contexto legal e político dos processos climáticos. Noah é parte do conselho de gestão da Fundação Alemã para a Sustentabilidade (Stiftung Zukunftsfähigkeit).



Pedro Affonso D. Hartung é advogado e Coordenador do Programa Prioridade Absoluta do Instituto Alana. Docente e membro do Painel Técnico do Curso de Liderança Executiva do Center on the Developing Child da Harvard University. Doutorando em Direito pela USP com doutorado sanduíche em 2017 pela Harvard Law School e Pesquisador Visitante no Child Advocacy Program da Harvard Law School. Pesquisador visitante do Max-Planck-Institute de Direito Público Comparado e Internacional. Especialização pela Universidade Ludwig Maximilians (LMU) de Munique/Alemanha. Foi Conselheiro do Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2012-2016) e professor coordenador da Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama da Faculdade de Direito da USP. É Conselheiro do IBDCRIA-ABMP (Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente - Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores da Infância e Juventude) e Líder Executivo para Primeira Infância NCPI/Harvard. Integrou em 2017 a equipe do Legal Policy Office do Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos (OHCHR/ONU), em Genebra.



Valentina Roza é uma das 25 jovens requerentes da primeira ação judicial sobre mudanças climáticas e futuras gerações na América Latina. Nesse caso o grupo processou o governo colombiano e graças a essa ação a Corte Suprema deu direitos à floresta amazônica. Valentina é economista e administradora de empresas e tem mestrado em pesquisa econômica. Atualmente é pesquisadora no Centro de Estudos da Lei, Justiça e Sociedade Dejusticia, onde é parte da equipe de litigância e responsável por evidências, análise de dados e métodos quantitativos.